

Políticas e planos econômicos governamentais na consolidação econômica e territorial do Brasil

Government policies and economic plans in the economic and territorial consolidation of Brazil

Marco Antonio Henrique¹

Resumo

Na transição econômica do modelo agroexportador para o modelo de desenvolvimento industrial, alguns fatores foram muito importantes: os choques adversos na economia que levaram à ruptura com a política oligárquica, estudos que identificaram os entraves ao desenvolvimento e, por fim, a criação de instituições e planos econômicos. Com base na pesquisa bibliográfica, este artigo discorre sobre o tema e conclui que o planejamento econômico governamental nos diversos planos econômicos nos quais o Brasil passou foram de vital importância para consolidar a economia e moldar o território nacional. As principais teorias econômicas vigentes no mundo foram aplicadas e isso trouxe resultados satisfatórios tendo em vista a ruptura com o antigo modelo e a inserção do país no mercado internacional. Apesar do avanço, o Brasil de hoje possui diversos desafios, entre os quais: a questão estrutural que dificulta o escoamento da produção, realizar reformas institucionais necessárias, garantir o crescimento e desenvolvimento econômico e assim minimizar os efeitos da desigualdade social.

Palavras-chave: Estado. Políticas. Economia Brasileira. Teorias Econômicas.

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional. É servidor público federal lotado na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: marcohenriquesjc@gmail.com

Abstract

In the economic transition from the agro-export model to the industrial development model, some factors were very important: adverse shocks in the economy that led to a break with oligarchic politics, studies that identified obstacles to development, and an end to the creation of institutions and economic plans. Based on the bibliographical research, this article discusses the subject and concludes that the governmental economic planning in the diverse economic plans in which Brazil passed were of vital importance to consolidate the economy and to shape the national territory. The main economic theories in force in the world were applied and this brought satisfactory results in view of the rupture with the old model and the insertion of the country in the international market. Despite the progress, Brazil today has several challenges, among them: the structural issue that hinders the flow of production, carry out necessary institutional reforms, guarantee growth and economic development and thus minimize the effects of social inequality.

Keywords: State. Policies. Brazilian Economy. Economic Theories.

Data de submissão: 17 de dezembro de 2021

Data de aprovação: 23 de setembro de 2022

No Brasil, a subordinação do Estado a determinados grupos econômicos sempre se fez presente.

O café representou o produto mais dinâmico da economia brasileira e com esse ciclo, criaram-se as bases para a industrialização e para a inserção do Brasil na economia mundial.

INTRODUÇÃO

Um primeiro fator a ser considerado na discussão sobre o tema é que, no Brasil, a subordinação do Estado a determinados grupos econômicos sempre se fez presente e isso define uma característica fundamental da economia brasileira. A opção política pela proteção de determinados interesses elitistas e o protecionismo econômico foram fatores que em parte justificam a demora da entrada do país no mercado internacional. A industrialização tardia em razão da influência da oligarquia cafeeira e depois a demora na abertura comercial em razão da proteção exacerbada à indústria nacional.

Após o declínio econômico da cultura cafeeira e diante das adversidades pelas quais a economia mundial atravessava, o país busca favorecer a industrialização por meio de políticas de incentivos fiscais e de abertura econômica. No final do século XX, o modelo conhecido como “Nacional Desenvolvimentismo”, que tinha chegado ao ápice no final da década de 1960 e início da década de 1970, estava em declínio como política governamental e a abordagem passou a ser então a de “Estado Regulador” do sistema econômico e não mais de interventor e principal agente de investimento.

1 A TRANSIÇÃO ECONÔMICA E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O café representou o produto mais dinâmico da economia brasileira e com esse ciclo, criaram-se as bases para a industrialização e para a inserção do Brasil na economia mundial.

Caio Prado Júnior (1985, p. 122) afirma que:

A lavoura de café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa, “o Brasil é o café”, pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor.

O país contava com capital e mão de obra excedentes da cultura cafeeira e com um amplo mercado interno.

Quando a economia cafeeira entrou em crise, começou a ruptura do modelo econômico agroexportador e o país iniciou seu processo de industrialização diante do cenário internacional de forte recessão econômica e guerras mundiais, o que possibilitou o crescimento “para dentro”, ou seja, para atender principalmente o mercado interno prejudicado com a dificuldade do mercado internacional (exportação do café e importação dos produtos manufaturados). Um fator que tenta explicar a industrialização de forma tardia em relação aos demais países do mundo é o forte protecionismo do governo aos cafeicultores. Singer (1987, p. 69) diz que: “o governo na Primeira República, estava basicamente ligado aos interesses dos cafeicultores”. Essa intervenção exacerbada do Estado na atividade econômica prejudicava a ruptura a tal modelo e ocasionou atraso no desenvolvimento econômico do país.

A economia agroexportadora teve no café seu produto mais dinâmico e, com isso, criou as bases econômicas para o desenvolvimento da indústria. Os choques adversos na economia em razão da Primeira Guerra Mundial em 1914 e da grave crise econômica internacional de 1929 levaram à queda nas exportações de café e nas importações de produtos manufaturados. Dessa forma, o país contava com capital e mão de obra excedentes da cultura cafeeira e com um amplo mercado interno que poderia levar ao “crescimento econômico para dentro”, ou seja, com vistas ao mercado interno. A industrialização via substituição das importações tinha como grande defensora a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, órgão criado em 1948, vinculado à ONU – Organização das Nações Unidas, e que tinha como grande expoente do pensamento econômico Raul Prebisch e Celso Furtado. Estes criticavam a teoria ricardiana das vantagens comparativas (LACERDA et al., 2010).

A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada pelo economista David Ricardo (1817). Tal teoria contrapunha a Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith ao mencionar que o país não precisa possuir vantagem absoluta no comércio internacional, bastando para tanto que tal relação fosse benéfica para ambos. Para isso, o trabalho aplicado na produção de dado produto era o diferencial na determinação de tal vantagem (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

A Teoria Estruturalista da Cepal teve em Celso Furtado um dos seus principais pensadores no Brasil e possui como ideia principal a rejeição à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. A produtividade entre os países centrais e periféricos era o grande problema do subdesenvolvimento e também o que chamou de “deterioração dos

Com a crise econômica mundial (estagnação econômica mundial em razão da queda da bolsa de valores em 1929 e guerras mundiais), os ideais de livre comércio e *laissez-faire* se mostraram incapazes de recuperar o capitalismo estagnado.

termos de troca” das nações periféricas cujos produtos valiam cada vez menos relativamente àqueles produzidos pelos países centrais (SAMPAIO, 2013). Para Celso Furtado (2000), o subdesenvolvimento não é uma fase para o desenvolvimento e umas das formas de fazer o Brasil crescer e superar a estagnação é através da industrialização, o que romperia a deterioração dos termos de troca e a socialização das perdas. Curado (2013, p. 619), ao citar a contribuição do pensamento CEPAL, menciona que em última análise, pode-se afirmar que estes trabalhos consolidaram o que posteriormente denominou-se “desenvolvimentismo”, ou seja, ações estatais que privilegiavam criar bases estruturais no país para o desenvolvimento econômico industrial.

Para Carvalho (2008, p. 571), “O estruturalismo cepalino foi uma adaptação do Keynesianismo”, não apenas para as condições regionais da América Latina, mas, principalmente, para a problemática do subdesenvolvimento”. O keynesianismo foi uma teoria econômica que revolucionou o mundo no pós 1929 e nos anos seguintes, que foram seguidos por período de grande recessão econômica mundial.

Os economistas keynesianos defendiam que o governo deveria intervir ativamente por meio de políticas fiscais e monetárias adequadas, a fim de promover o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico. Para combater a recessão ou a depressão, o governo deveria aumentar seus gastos ou reduzir os impostos, sendo que essa opção aumentaria os gastos com consumo privado. Ele deveria também aumentar a oferta de moeda para baixar as taxas de juros, na esperança de que isso encorajasse os gastos com investimentos. Para conter a inflação causada por gastos agregados excessivos, o governo deveria reduzir seus próprios gastos, aumentar os impostos para reduzir os gastos com consumo privado ou reduzir a oferta de moeda para elevar as taxas de juros, o que refrearia os gastos excessivos com investimentos (BLUE, 2006).

Para fins de contextualização histórica, com a crise econômica mundial (estagnação econômica mundial em razão da queda da bolsa de valores em 1929 e guerras mundiais), os ideais de livre comércio e *laissez-faire* se mostraram incapazes de recuperar o capitalismo estagnado. Nesse contexto, surge o economista John Maynard Keynes, que, em sua obra intitulada “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de 1936, traz uma nova forma de se pensar economia. Numa época em que vigorava a ideologia do utilitarismo neoclássico, Teoria da Distribuição Baseada na Produtividade Marginal, a Teoria da Mão Invisível e a Teoria Autorregulável do Mercado, esse economista pregava a atuação estatal na minimização dos efeitos cíclicos da economia. O Estado deveria gastar com obras e investimentos a fim de fazer a economia girar e garantir uma situação próxima ao pleno emprego dos recursos. Keynes inovou ao defender que na

crise o que deveria ser incentivado era o consumo e não a produção. Essa teoria gerou resultado benéfico na recuperação econômica, uma vez que possibilitou aos agentes continuarem consumindo e movendo a economia. No entanto, depois de algum tempo, trouxe endividamento e aumento de inflação, tendo em vista que os Estados Nacionais se endividaram para fazer grandes obras e grandes investimentos numa época de pouca arrecadação e baixo crescimento (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

No Brasil, a industrialização teve importantes avanços no Governo de Getúlio Vargas e isso ocorreu não apenas com investimentos diretos na economia, mas também com a regulamentação das instituições econômicas de controle e planejamento, entre as quais: Conselho Federal de Comércio Exterior (1934); Coordenação da Mobilização Econômica (1942); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944-1945). Além desses conselhos, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1938), da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC (criada em 1945, órgão precursor do Banco Central do Brasil) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952). Tais instituições foram de extrema importância no planejamento econômico do Brasil porque criaram as bases para a implantação de ações de planejamento econômico a médio e longo prazo (MONTEIRO; CUNHA, 1974).

Após estudos que mostraram os pontos de estrangulamento e que impediam o desenvolvimento socioeconômico, as técnicas de planejamento foram aperfeiçoadas e modelos de políticas econômicas com a utilização de planejamento foram implementadas. Com a utilização de programação linear, os modelos econométricos e as matrizes insumo-produto, o planejamento do ambiente global, microrregional e setorial passaram a fazer parte dos projetos. O grande diferencial e as bases que possibilitaram tais ações foram as instituições criadas, ou seja, o planejamento econômico não seria possível a menos que existisse bases estruturais e instituições para regular as atividades (SOUZA, 2004).

Sobre o papel das estruturas e das instituições criadas no Governo Getúlio Vargas no planejamento econômico governamental, Lacerda et al. salientam que:

Nesse contexto, iniciou-se a atividade de planejamento no país. Entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas, foi constituída a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU), com o objetivo de elaborar projetos que seriam financiados pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank) e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Posteriormente, em 1953, foi constituído o Grupo Misto BNDE-Cepal que, sem sombra de dúvidas, constituiu a base do Plano de Metas (LACERDA, 2010, p. 144).

Para Cardoso Jr. (2014), a estruturação das instituições, bem como a organização das instâncias e das atividades do Estado são tão cruciais quanto as atividades de planejamento, sendo uma complementar à outra no planejamento do desenvolvimento das Nações. A formulação de estudos econômicos, a identificação dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, a criação de indústrias de base, assim como a regulamentação institucional do país foram a base para que se pudesse planejar o futuro. Ao analisar a teoria de Douglass North sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico, Lopes salienta que: “[...] são as instituições, sejam elas políticas ou econômicas, que formam a estrutura de incentivos da sociedade. Portanto, o desempenho se torna uma decorrência das instituições e dos estímulos à inovação e a eficiência” (LOPES, 2013, p. 622).

O crescimento e desenvolvimento econômico requerem ações e políticas planejadas que busquem a maximização dos resultados e a minimização dos riscos.

2 O PLANEJAMENTO ECONÔMICO GOVERNAMENTAL NO BRASIL: POLÍTICAS, TEORIAS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

O Planejamento Governamental no Brasil se fez necessário durante sua formação econômica. O crescimento e desenvolvimento econômico requerem ações e políticas planejadas que busquem a maximização dos resultados e a minimização dos riscos. Num país com história elevada de protecionismo a determinados grupos da sociedade, isso se torna mais difícil e complexo: no passado, o Estado foi refém da oligarquia cafeeira que determinava os rumos do país através das “políticas permanentes de defesa do café” e mais tarde da indústria dependente de alto grau de protecionismo, com política de defesa do produto nacional através da sobretaxa tributária do “similar nacional”.

O QUADRO 1 mostra os principais planos econômicos e suas principais características no que diz respeito ao planejamento:

QUADRO 1 – Tipos de planos econômicos e principais características no Brasil

| Tipos de planos | Principais características |
|---|---|
| Planos setoriais e de metas: Plano Salte, Plano de Metas de JK e Plano Trienal (previsto na Constituição Federal de 1988). | Planejamento burocrático, discricionário, vertical e de médio a longo prazo. |
| Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) ao longo dos anos 1970. | Planejamento burocrático, autoritário, impositivo, vertical e de médio a longo prazo. |
| Planos de estabilização monetária: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1988), Plano Mailson (1989), Plano Collor (1990) e Plano Real (1994). | Planejamento burocrático, de curto prazo, focalizado, conjuntural e vertical, em meio a uma profunda instabilidade econômica. |
| PPAs: PPA 1991-1995, 1996-1999, 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011. | Planejamento burocrático, de médio prazo, amplo e de transição vertical horizontal. |

FONTE: Dias (2011, p. 60)

Os planos iniciais foram feitos de forma bastante incipiente, tendo em vista que sua ação era de curto prazo e mais ligada às questões orçamentárias. São dessa época: o Plano Especial (1939); o Plano de Obras e Equipamentos (1943) e o Plano Salte (1949). Ao Ministério da Fazenda caberia a responsabilidade de liberação orçamentária, o que gerava conflitos entre os órgãos de governo e tornava os resultados limitados em função das divergências (MONTEIRO; CUNHA, 1974).

O QUADRO 2 mostra a periodização dos diferentes ciclos econômicos, o padrão de Estado e o contexto econômico em que o Brasil passava.

QUADRO 2 – Periodização para o estudo conjunto do planejamento governamental e da gestão pública no Brasil (1889-2010)

| Ciclos econômicos | Padrão de Estado | Contexto Econômico Estrutural | Dimensões do planejamento Governamental | Contexto Político-Institucional |
|---|--|--|---|--|
| 1889-1930: Primeira República — desenvolvimento para fora | Dominância Liberal oligárquica | Economia cafeeira voltada para o exterior | Ausência de planejamento. Exceções: Convênio de Taubaté e Crise de 1929 | Montagem do aparato estatal burocrático |
| 1933-1955: Era Getúlio Vargas — nacional desenvolvimentismo | Dominância nacional desenvolvimentista | Industrialização restrita; Produção de bens de consumo não duráveis e dependência financeira tecnológica | Planejamento não sistêmico. Exceções: primeiras estatais e Plano Salte | Montagem do sistema corporativista. |
| 1956-1964: Era Juscelino Kubitschek — Internacionalização econômica | Dominância Estatal democrática | Industrialização pesada, produção de bens de consumo duráveis e montagem do tripé do desenvolvimento. | Planejamento discricionário. Cepal: ideologia Desenvolvimentista. Plano de Metas de JK (1956-1961) | Acomodação e crise do modelo. |
| 1964-1979: Regime militar — Estatização econômica | Dominância Estatal autoritária | Industrialização pesada II, milagre econômico (1968-1973) e endividamento externo (1974-1989) | Planejamento burocrático autoritário. ESG: ideologia Brasil potência. PAEG- (1964-1967) e II PND (1974-1979) | Consolidação Institucional autoritária |
| 1980-1989: Redemocratização — crise do desenvolvimentismo | Dominância Liberal democrática | Estagnação, inflação e endividamento externo (1974-1989) | Planos de estabilização: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1988) e Plano Collor (1990) | Redemocratização e Reconstitucionalização |
| 1990-2006: Consolidação da democracia — reformas estruturais | Dominância Liberal democrática | Estagnação, estabilização e Endividamento interno (1995 em diante). | Planos de estabilização: Plano Collor (1990), Plano Real (1994) e PPAs (2000-2011) | Consolidação democrática, reforma gerencialista, experimentalismo societal |

FONTE: Dias (2011, p. 61)

A criação de políticas de incentivo à indústria possibilitou a formação da planta industrial brasileira.

O QUADRO 2 mostra o Convênio de Taubaté (política de 1906 em que o governo decide comprar o excedente da produção cafeeira para regular o preço do produto no mercado internacional) como sendo o precursor do planejamento. Celso Furtado (apud LACERDA, 2010) salienta que o financiamento público da compra do excedente para manter o pleno emprego e garantir os preços é o que mais tarde Keynes chamaria de demanda agregada, síntese base da política keynesianas. A Crise de 1929 também é citada, uma vez que a recessão econômica provocou efeitos adversos na economia, o que efetiva a necessidade de intervenção do Estado no planejamento. Souza (2004, p. 6) argumenta que: “somente a partir do advento do Estado Novo, nos anos 30, é que o Brasil ingressa sistematicamente na adoção e concepção de planejamento governamental”.

A criação de políticas de incentivo à indústria possibilitou a formação da planta industrial brasileira e estas em grande parte se davam através da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. São exemplos disso: a Instrução 70 da SUMOC “[...] que condicionava as importações aos interesses industriais, mediante o leilão de divisas com câmbio diferenciado conforme a essencialidade da importação” (LACERDA et al., 2010, p. 87). Em 17 de janeiro de 1955, é lançada a Instrução 113 da SUMOC, que permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial, benefício concedido às indústrias estrangeiras instaladas no Brasil.

Tal instrução foi importante, pois:

Ao permitir a importação sem cobertura cambial de equipamentos na forma de investimento direto estrangeiro, o governo tinha como objetivo aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, assim, modernizar rapidamente a indústria nacional (CAPUTO; MELO, 2009, p. 518).

De acordo com Caputo e Melo (2009, p. 515), a Instrução 113 da SUMOC pode ser: “[...] considerada como o mais importante marco institucional que orientou a economia brasileira para a sua internacionalização, acenando para o capital estrangeiro com um ambiente amigável e favorável à entrada no País”. A entrada do capital estrangeiro via investimento direto era uma das formas de romper o problema da falta de poupança interna, fator que contribuía para o atraso do país.

O Governo de Dutra realizou reformas institucionais, entre as quais: a promulgação da nova Constituição de 1946, minirreforma tributária, fechamento de importantes instituições de planejamento, desregulamentação e diminuição do Estado como tentativa para combater o déficit público, nas disposições reorganizadoras da economia mundial de Bretton Woods, na estabilidade cambial, no multilateralismo, no não

protecionismo e na liberdade comercial, tentativa de abertura econômica. No Governo Dutra, o problema cambial foi recorrente, tendo em vista a enorme disparidade entre as taxas e as políticas cambiais, ou seja, as flutuações do câmbio em função de decisões governamentais. A política econômica externa mal-sucedida e a política econômica interna com rígido controle creditício mostravam erros na avaliação governamental. Diante da instabilidade, o Brasil esperava dos norte-americanos um plano semelhante ao Plano Marshall, o importante projeto de reconstrução das economias europeias e japonesa, o que nunca aconteceu (SARETTA, 1995).

Diante desse cenário, em 1949, ainda no Governo Dutra, é lançado o Plano Salte, que tinha como metas saúde, alimentação, transporte e energia. Tal plano foi desacreditado desde seu lançamento devido aos meios para sua execução: os recursos, por exemplo, seriam obtidos mediante empréstimos internacionais e receitas federais, o que em parte explica sua descontinuidade em 1951. No entanto, ele inovou não apenas por abordar aspectos estruturais, necessários ao país, mas por incluir em suas metas a saúde e a alimentação, sendo, dessa forma, o primeiro caso de planejamento econômico-social do Brasil (SARETTA, 1995).

O planejamento econômico efetivo ocorreu com o Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek. Esse plano ou programa de desenvolvimento econômico que buscava, por meio de incentivos para investimentos de capital nacional e estrangeiro, possibilitar ao país o rompimento aos entraves identificados pelo Grupo BNDE-CEPAL e que ocasionavam estrangulamento econômico. O plano era novo na medida em que possibilitava a entrada de investimentos estrangeiros diretos no país (CAPUTO; MELO, 2009). Nas palavras desses mesmos autores:

O surto expansivo internacional que cobre o período de 1948/49 até o final dos anos de 1960 propicia o clima ideal para a chegada de investimentos estrangeiros. Nestes anos dourados da industrialização nacional, nas palavras de Suzigan (1978, p. 47), já se identifica o traçado de uma política industrial desenvolvimentista: pelo sistema cambial que favorecia as importações de equipamentos e matérias-primas, pela tarifa aduaneira protecionista, pelos favores cambiais e financeiros ao capital estrangeiro e pela presença do Estado como empresário para os setores de infraestrutura e de linhas de financiamento via BNDE. Tais elementos favoreciam a estratégia do capital internacional de penetração no mercado nacional, de forma muito vantajosa para aquelas empresas (CAPUTO; MELO, 2009).

De acordo com Kon (1994, p. 50), “a articulação entre o capital privado e o nacional, e entre o capital estrangeiro e o Estado, visualizada no plano, desempenhou papel importante no processo de industrialização que se acelerou acentuadamente no período”.

O Plano de Metas visava buscar o crescimento e desenvolvimento econômico do país com a articulação de um amplo aparato governamental envolvendo diferentes setores e ministérios. Previa 31 metas entre as quais a criação de Brasília, nova capital federal. Essas metas definiam o planejamento como forma de romper o estrangulamento econômico anteriormente identificado nos estudos realizados. Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo receberiam a maior parte dos investimentos do Governo. A expansão das áreas do setor secundário, equipamentos, insumos com alta intensidade de capital receberiam subsídios e estímulos por parte do Governo (LACERDA *et al.*, 2010).

Para que os objetivos fossem atingidos, seria necessária ampliação dos órgãos de atuação do Estado, além da necessidade de se contar com amplo apoio desses na condução do processo. Para tanto:

O período 1956-61 foi assinalado pela introdução de um processo de planejamento efetivo das políticas econômicas governamentais a serem empreendidas, traduzidas no Plano de Metas. Foi prevista, para o apoio administrativo ao plano, a utilização de órgãos governamentais de controle já existentes, como o BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (criado em 1952), a CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (1953), a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito (1945), bem como a criação de novas instituições, como, por exemplo, os Grupos Executivos, responsáveis pela concessão de incentivos ao setor privado e estabelecimento de metas industriais, e o Conselho de Política Aduaneira (KON, 1994, p. 50-51).

O papel do Estado na economia durante o Plano de Metas ocorre de forma direta ou indireta, por meio de subsídios e incentivos para a instalação de um setor de bens intermediários e de um setor de bens de capital, seja ampliando o já existente, seja criando nova capacidade de produção. Outra forma em que a intervenção do Estado se fez presente nessa época é na concessão de benefícios: primeiro, garantido facilidades no financiamento externo por meio da Lei n. 2.145/1954 e da Instrução 113 da SUMOC, ainda em vigor; segundo, na concessão de crédito a longo prazo via BNDE, com juros reais negativos e longo período de amortização e, por fim, a proteção via “reserva de mercado” que tinha por objetivo sobre taxar os chamados “similar nacional” (RABELO, 2003). O Plano de Metas pode ser considerado bem-sucedido na medida em que estimulou o processo de substituição das importações no setor de bens de consumo duráveis e o Brasil. Devido ao tamanho do seu mercado interno, tornou-se um espaço privilegiado para as empresas multinacionais. O PIB apresentou taxa de crescimento anual de 8,2% e crescimento da renda per capita de 5,1% ao ano entre 1957-1961. Entretanto, um ponto a salientar é que grande parte desse capital não entrou no país por meio de investimento direto, num total de 81,7% dos investimentos representavam financiamentos externos, o que levou ao aumento da dívida (LACERDA *et al.*, 2010).

O Brasil encontrado por Jânio Quadros trazia sérios problemas herdados da política de JK: “aceleração inflacionária, déficit fiscal e pressão sobre o balanço de pagamentos. Em março de 1961, foi feita uma reforma cambial, com desvalorização em 100% do chamado câmbio de custo, aplicado às importações preferenciais” (LACERDA et al., 2010). Nesse contexto, é criado por Celso Furtado, em 1962, o Plano Trienal que tinha como meta implantar as reformas de base e controle da inflação. Tal plano econômico não teve o mesmo efeito que o anterior devido ao curto período em que João Goulart esteve no poder e à dificuldade em se implantar medidas de curto prazo no combate à inflação diante da forma popular de governo. Não foi possível conciliar demandas de diferentes grupos sociais com o que o plano propunha. No início, adotou-se medidas corretivas como suspensão de subsídios de consumo, correção das tarifas de transporte urbano, reajuste e correção do salário mínimo. Entretanto, como o Governo de João Goulart não possuía amplo apoio nas bancadas de Governo e boa parte da sociedade contrariava as ações tomadas, isso dificultava a governança e, conseqüentemente, a aplicação de ações tidas como “antipopulares” (BASTIAN, 2013). A economia cresceu 6,6% em 1962 e 0,6% em 1963, com inflação anual de 83,25% (LACERDA et al., 2010).

Em 1964, já no Governo de Castelo Branco, é lançado o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG. Este foi um dos principais planos econômicos do Brasil, pois sua eficácia pode ser percebida já em seus primeiros momentos e isso pode ser constatado pela redução da taxa de inflação de 90% em 1964 para 30% em 1967, rompendo, desta forma, a tendência elevada de inflação presente no país desde os anos 1930. Na questão institucional, trouxe mudanças significativas, entre as quais a reforma bancária e a reforma tributária. O PAEG instituiu: o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, o Sistema Financeiro de Habitação, o Banco Nacional de Habitação além do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço. Tais melhorias na economia nacional, além do ambiente internacional favorável, permitiram ao Brasil viver o chamado “Milagre Econômico Brasileiro” entre os anos de 1968 e 1973, quando o país apresentou taxas médias de crescimento de 11,1% a.a. (VELOSO; VILELA; GIAMBIAGI, 2008). O PAEG trouxe importantes mudanças macroeconômicas e institucionais: estabilidade monetária, disciplinamento do sistema habitacional, ordenamento do mercado de capitais através de lei específica, promulgação da Lei de Remessa de Lucros e a criação da Zona Franca de Manaus com importantes benefícios fiscais. Criou-se, dessa forma, um ambiente controlado para a instalação do capital nacional e internacional (SOUZA, 2009).

A perspectiva de inovação do II PND estava na prioridade aos bens intermediários e bens de capital, o que de certa forma minimizou as deficiências estruturais da indústria nacional (SOUZA, 2009).

Tal programa criou as bases para a aceleração econômica nos próximos anos, o que resultou no “milagre econômico brasileiro”, período que vai de 1968 a 1973 em que a economia do país apresentou números extraordinários: o crescimento do PIB acelerou-se ao longo do tempo, elevando-se de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a. em 1973, a inflação, medida pelo Índice Geral de Preço (IGP), declinou de 25,5% para 15,6% durante o período. A conjuntura internacional favoreceu tal processo: termos de troca favoráveis, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo. Além disso, o crescimento se deu mediante elevado endividamento externo, altas taxas de inflação e forte expansão do comércio internacional, o que elevou o preço das *commodities* (CAPUTO; MELO, 2008).

Em 1974, ocorreu o primeiro choque do petróleo, fator que provocou ruptura no crescimento acelerado da economia nacional. Nesse mesmo ano, com a posse do presidente Ernesto Geisel é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este tinha um componente de continuidade e de inovação em relação ao I PND, pois visava a manutenção da política de estímulo à agricultura e às exportações, além da política de atração de capital estrangeiro direto, seja na forma de investimento ou de empréstimos internacionais. A perspectiva de inovação do II PND estava na prioridade aos bens intermediários e bens de capital, o que de certa forma minimizou as deficiências estruturais da indústria nacional (SOUZA, 2009).

Uma das críticas ao II PND é o forte viés político que ele apresentava: diante dos choques do petróleo e da desaceleração econômica, a decisão de continuar crescendo mesmo que a custo de elevados empréstimos internacionais pode ser entendida como uma decisão de se justificar um sistema político autoritário que só teria aceitação pela sociedade caso mantivesse os elevados índices macroeconômicos. O segundo choque do petróleo, em 1979, ocasionou outro forte desequilíbrio na economia e desta vez ainda pior devido à alta das taxas de juros internacionais que fizeram com que a dívida externa crescesse e provocasse elevados desequilíbrios cambiais, alta de inflação e crescimento negativo do PIB (FONSECA; MONTEIRO, 2008).

Com isso, a economia brasileira na década de 1980 foi de crise intensa e forte recessão econômica devido às altas taxas de inflação e à elevada dívida externa. Com a economia estagnada, as altas taxas de inflação combinadas com baixo crescimento econômico e o déficit na balança comercial, a situação econômica era crítica. O Estado havia “inchado” e as empresas estatais sucateadas e apresentando péssimos

resultados. Era preciso mudar e dar novos rumos ao país. Para romper a enorme crise, o Brasil recorre ao Fundo Monetário Internacional – FMI, que, por meio do programa conhecido como “Consenso de Washington”, impõe rígidos ajustes, entre os quais a obtenção de superávits fiscais e comerciais. Era preciso cortar gastos públicos, reduzir a demanda interna e priorizar as exportações (SOUZA, 2009, p. 250).

A abertura comercial era inevitável tendo em vista a situação internacional que apontava para um mercado global e mundial. A Teoria da Eficiência Alocativa e os benefícios desta na vida da população poderiam ser alcançados caso os países em desenvolvimento abrissem suas barreiras comerciais com políticas liberalizantes, o que por si só finalizaria a política de substituição das importações e a proteção do mercado interno, fatores que estavam ocorrendo nos países em desenvolvimento desde o início dos anos de 1980. Fatores positivos no âmbito institucional do Brasil foram a abertura política com a Redemocratização, em 1984, e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, conhecida como “cidadã”, uma vez que que ampliava os direitos sociais (MOREIRA; CORREIA, 1997). Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a abrir sua economia, já em 1956, e descontinuou a tal abertura em 1961, devido a motivos internos em sua economia, que se via despreparada para tal ruptura de proteção ao mercado interno. No Brasil, a abertura teve início a partir do ano de 1988 e encontrou diversas barreiras, entre as quais a falta de preparo da economia e do empresariado nacional para competir no mercado internacional (LACERDA, 2010). A mudança ocorreu de forma forçada, tendo em vista que a adaptação para o mercado mundial e para o movimento mundial de globalização foi uma necessidade: ou se modernizava e adaptava ao novo contexto neoliberal ou iria à falência, o que ocorreu em diversos casos. No entanto, Moreira e Correia (1997, p. 87) citam que, de modo geral, os objetivos de modernização industrial propostos com a abertura econômica foram atingidos. A industrialização, segundo esses autores, da forma como se deu no Brasil (via substituição das importações), criou uma estrutura ineficiente e pouco competitiva e que só se mantinha devido à excessiva proteção de mercado, prática comum no país desde seus primórdios. A proteção excessiva às indústrias nacionais via reserva de mercado e a elevada estatização econômica tornaram as empresas estatais ineficientes e atribuía-se a elas o entrave a modernização econômica e industrial do país. Diante disso, em 1990, é criado o Programa Nacional de Desestatização – PND, que tinha por objetivos: reduzir as dívidas do setor público, promover a competitividade da economia nacional e ampliar a democratização do capital das empresas nacionais (SAURIN; PEREIRA, 1998).

A nova política industrial ganha contornos com a Medida Provisória n. 150, de 1990, que tinha como base a questão da competitividade em contraponto à ideia de expansão da capacidade produtiva via incentivos fiscais para que se alcançasse os ideais da política de substituição das importações. O que se buscava era a modernização e reestruturação industrial, o enxugamento do Estado ou os ideais de Estado mínimo, cuidando apenas das áreas essenciais e deixando o setor produtivo nas mãos da iniciativa privada. As privatizações, tal qual a abertura comercial brasileira, promoveram profundas mudanças na economia, tendo como principais resultados positivos a modernização do parque industrial brasileiro, a recuperação econômica de empresas que no período em que eram estatais apresentavam péssimos resultados em sua saúde financeira, e a inserção da “competitividade” no setor industrial do país (LACERDA, 2010). Era necessário ao Estado muito mais do que investir na economia, mas principalmente criar instituições fortes e um aparato legal que garantisse a reprodução do capital nacional e internacional na economia, a abertura para o sistema neoliberal. David Harvey (2008, p. 12), ao conceituar tal sistema, diz que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

A abertura comercial e as reformas introduzidas no aparelho do Estado formaram as bases para que o Plano Real pudesse ser implantado e apresentado resultados positivos após diversas tentativas de estabilidade da moeda e combate à inflação inercial. Antes do Plano Real, diversos outros planos de estabilização foram criados: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1988) e Plano Collor (1990) e todos fracassaram devido aos erros básicos: a indexação da moeda, a não inserção do país na economia internacional e a adoção do câmbio fixo, o que servia de mecanismo de manobra fiscal ao governo na aplicação de políticas econômicas (DIAS, 2011). Para Ianoni (2009), um fator que levou à criação do Plano Real, além da instabilidade econômica gerada pelas elevadas taxas de inflação, era a crise no Estado, ou seja, em sua financeirização que ocorria por meio da inflação. Além disso, o ideário neoliberal ganhava espaço em um lugar em que o velho desenvolvimentismo ainda se fazia presente. Nesse contexto, surge o Estado Desenvolvimentista, que pode ser caracterizado como aquele “Estado que promove o desenvolvimento econômico – que abrange crescimento, produtividade e competitividade,

(IANONI, 2014, p. 86). Esse autor ainda avança em tal entendimento ao mencionar que “Os Estados Desenvolvimentistas têm uma determinada perspectiva de relação com a atividade econômica, desempenham um papel ativo na busca do crescimento econômico e, em alguns casos, na redução da pobreza” (IANONI, 2014, p. 87) . Bresser Pereira (2009), ao tratar do desenvolvimentismo no Brasil, afirma que, aqui, assim como em outros países periféricos ou dependentes, a industrialização, apesar de tardia, só ocorreu porque o Estado foi usado como instrumento econômico na medida em que criava estruturas e estratégias de desenvolvimento. Para este autor, o “nacional desenvolvimentismo” presumia um Estado Nação e um acordo entre estes e o empresariado nacional, o que no Brasil ocorria desde os anos de 1930 com a proteção à indústria nacional. O modelo de substituição das importações, assim como o velho desenvolvimentismo, foi importante por criar as bases necessárias, mas mostrou-se desnecessário à medida que impossibilitava inovações. O novo desenvolvimentismo não é protecionista, adota taxa de câmbio competitiva e, dessa forma, gera a necessidade de inovação industrial.

Lacerda (2010, p. 238) avança nesse entendimento ao afirmar que o Plano Real deu certo graças a múltiplos avanços e mudanças no sistema econômico vigente: as privatizações de empresas públicas sucateadas, a desindexação da moeda, a adoção do sistema de câmbio flutuante. O aspecto institucional do Estado através de seus principais instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Lei da Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), teve uma grande contribuição nesse processo ao instituir metas de inflação, controle do avanço das contas públicas e o planejamento dos gastos e investimentos públicos. Um aspecto conclusivo da contribuição no papel institucional do Estado no desenvolvimento econômico de um país é que: Estado forte, transparente e dotado de instituições e regulamentos que protege os investimentos daqueles que buscam local seguro para aplicação de seus recursos, além de um ambiente econômico estável, com controle da inflação e estabilidade econômica é o grande diferencial (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010).

No entanto, o amadurecimento da economia brasileira convivia com antigos e novos problemas, entre os quais: baixos índices de crescimento, déficits habitacionais e elevados índices de desigualdade social. A partir do Governo Lula, em 2003, a política macroeconômica do Estado vai além do chamado Nacional Desenvolvimentismo, propondo o que se convencionou chamar de Novo Desenvolvimentismo, uma

preocupação com o desenvolvimento que ultrapassa os indicadores macroeconômicos de crescimento, mas que busca distribuição de renda, inclusão social e o combate à pobreza. Os avanços sociais conseguidos a partir do início do século XXI com políticas de distribuição de renda, minimização dos déficits habitacionais com o Programa Minha Casa Minha Vida e elevados investimentos públicos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, são ações atribuídas a essa nova forma de Estado (MERCADANTE, 2010). O crescimento econômico deve trazer o desenvolvimento econômico, social e ambiental tendo em vista que o simples crescimento do parque industrial de um determinado país pode gerar resultados positivos no PIB *per capita*, mas não trazer resultados positivos na vida das pessoas. O desenvolvimento deve ampliar fronteiras, avançar além do crescimento econômico, mas abranger outros aspectos, como a criação de sistemas efetivos de proteção ao meio ambiente (SANCHS, 1981) e ampliação das liberdades sociais e individuais dos indivíduos (SEN, 2010). Bresser Pereira (2014) concorda com tal afirmativa ao mencionar que o progresso econômico dos povos depende de um conjunto de fatores que extrapolam o simples crescimento do PIB *per capita*, mas precisa ter impacto direto na vida das pessoas. Entre tais fatores estão: a liberdade, a qualidade de vida e a realização pessoal (BRESSER-PEREIRA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões teóricas apresentadas, é possível afirmar que o planejamento estatal da economia brasileira com vistas à industrialização somente ocorreu após o rompimento com a oligarquia cafeeira e, conseqüentemente, com a política oligárquica. A industrialização via substituição das importações ocorreu em meio à forte intervenção e investimento do Estado em áreas estratégicas além de um forte aparato político de proteção à indústria nacional. Embora o nacional desenvolvimentismo tenha forte presença até os anos de 1980, quando o país entra em grave recessão econômica, a política de “proteção de mercado”, que sobretaxava o importado com similar nacional durou até a abertura política do Governo Collor na década de 1990. O aparato institucional e estrutural criado no decorrer do século, em especial no Governo de Getúlio Vargas, possibilitou a formação de um ambiente estável para a aplicação do capital, com regras claras e onde tornou possível o planejamento econômico governamental. O “projeto nacional” de industrialização via capital nacional foi algo discutível, pois o preço foi

pago mais tarde, quando o país se viu mergulhado em dívida externa e com pouca possibilidade de recuperação, dada as crises econômicas. Os subsídios oferecidos, assim como o preço pelas frequentes desvalorizações cambiais sempre recaíam sobre o sistema público e a sociedade, que acabava pagando o preço. Era a aplicação das teorias keynesianas adaptadas pela Cepal para os países da América Latina: proteção à indústria nacional via subsídios, benefícios cambiais para indústrias internacionais, elevados financiamentos subsidiados via BNDE, entre outras. No governo militar, com o fim do milagre econômico brasileiro com os choques do petróleo, optou-se por uma “fuga para frente” acreditando que a crise seria passageira: grandes investimentos econômicos financiados por elevados empréstimos internacionais. Com a segunda queda do petróleo e a mudança das taxas de juros dos empréstimos internacionais atrelados ao dólar, a economia entra em colapso, fator que marca a década de 1980 como “década perdida” tendo a profunda crise econômica do período. As altas taxas de inflação atreladas às baixas taxas de crescimento da economia, assim como ao sucateamento das empresas públicas no final do século, levaram o país a adotar um novo modelo: a abertura comercial e a inserção da economia no mercado internacional. Num primeiro momento, tal ruptura com a proteção ao produto nacional sinalizava o fim do chamado “nacional desenvolvimentismo” e a “dilapidação do bem público” via privatizações. No entanto, sinalizava para a modernização econômica e a reforma do Estado. As indústrias nacionais, em grande parte sucateadas e à beira da falência, tiveram de se modernizar para competir com os produtos importados, assim como no mercado internacional e globalizado. As privatizações modernizaram as antigas indústrias estatais, reduziram os enormes déficits apresentados e possibilitaram a recuperação econômica e financeira com elevados aportes de capital privado. Era a liberalização econômica ou o neoliberalismo adaptado ao contexto brasileiro.

Todas essas medidas de modernização e abertura comercial possibilitaram mais tarde a implantação do Plano Real, plano de estabilização que deu certo por vários motivos, entre os quais: a inserção do Brasil no mercado internacional, as privatizações das empresas públicas deficitárias, o rompimento com a “cultura da inflação” em que se acreditava ser possível viver com tal situação, assim como a implantação do sistema de câmbio flutuante em que o valor da moeda ocorre pelas flutuações do mercado internacional e não por medidas políticas. É digno de nota que a estabilização e o controle da inflação levaram o país a adotar metas de inflação e altas taxas de juros, o que em parte dificulta as atividades econômicas e facilita a especulação financeira. No entanto, com a inflação

controlada, foi possível planejar o futuro e isso não apenas no âmbito empresarial, mas também dos agentes econômicos, sendo a população de baixa renda os que mais sofrem com as altas taxas de inflação.

No início do século XXI, o novo Estado, identificado por muitos como “Novo Desenvolvimentismo”, implantou importantes programas de cunho social que trouxeram resultados surpreendentes na vida do povo brasileiro: amplo combate à fome e à pobreza, com programa de distribuição de renda reconhecido por organizações internacionais quanto à sua eficácia; combate ao déficit habitacional com programa de moradias populares; democratização da educação superior, entre outros. O país de hoje não está pronto: avançamos, mas ainda temos muito a avançar. Temos baixo crescimento do PIB, economia estagnada, elevados índices de corrupção, péssimas qualidades educacionais (sobretudo na educação básica), altos índices de violência e criminalidade e um sistema de saúde precária. É necessário aos governantes implantar políticas sérias e planejamentos efetivos na construção desse novo Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUILAR FILHO, H. A.; SILVA FILHO, E. B. A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 211-232, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a01v19n2.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

ALCOFORADO, F. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.

BASTIAN, E. F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100006. Acesso em: 21 set. 2020.

BLUE, S. L. **História do pensamento econômico**. Tradução de Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, p. 33-60, jan. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, set. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003. Acesso em: 20 set. 2020.

CARDOSO JR., J. C. Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento. Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI. **Repositório CEPAL**, mar. 2014. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/36635-estado-planejamento-gestao-desenvolvimento-balanco-experiencia-brasileira>. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, F. J. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. spe, p. 569-574, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000400003. Acesso em: 20 set. 2020.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/02.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n3/01>. Acesso em: 21 set. 2020.

DIAS, C. Estratégias do Planejamento Nacional. **Desafios do Desenvolvimento – IPEA**, Brasília, ed. esp., v. 8, n. 69, p. 58-64, nov. 2011. Disponível em: http://ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2643:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 27 set. 2021.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org>. Acesso em: 27 set. 2021.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico uma perspectiva crítica**. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IANONI, M. Políticas públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p. 143-183, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a09n78.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

IANONI, M. Teoria do Estado desenvolvimentista: uma revisão da literatura. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 81-105, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5936>. Acesso em: 27 set. 2021.

KON, A. A experiência brasileira de planejamento econômico governamental federal: análise dos planos implementados e suas consequências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 49-61, maio/jun. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38270/36985>. Acesso em: 27 set. 2021.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 619-637, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000400004. Acesso em: 27 set. 2021.

MERCADANTE, O. A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 2010. 509 f. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas, 2010.

MONTEIRO, J.; CUNHA, L. R. A. Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963). **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 4, n. 1, fev. 1974. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/688>. Acesso em: 27 set. 2021.

MOREIRA, M. M.; CORREA, P. G. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 61-91, jun. 1997. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/66-4.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

PRADO J., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RABELO, R. F. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, set. 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/101>. Acesso em: 27 set. 2021.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Tradução de E. Araujo. São Paulo: Vértice, 1981.

SAMPAIO, L. M. O nacional desenvolvimentismo e as políticas para o desenvolvimento regional no Brasil: caracterização e comparação entre os anos 1950-70 e o período pós-2003. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., Recife. **Anais...** Recife, 2013. v. 15. p. 1-17. Disponível em: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4337>. Acesso em: 27 set. 2021.

SARETTA, F. A Política Econômica Brasileira 1946/1950. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 04-05, p. 113-129, jan. 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39363> Acesso em: 27 set. 2021.

SAURIN, V.; PEREIRA, B. A. D. O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, , p. 43-59, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/7986>. Acesso em: 27 set. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, A. R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 55, n. 4, p. 5-29, dez. 2004.

SOUZA, J. M. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson, 2009. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/254>. Acesso em: 25 set. 2021.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0034-71402008000200006>. Acesso em: 27 de set. 2021.